



PG-039 – UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

FUNDAÇÃO
renova

Definição do Programa – Etapa 3

Dezembro/2020

CONTROLE DE MUDANÇAS DO PROGRAMA

Data	Id	Resumo da mudança
Novembro/2017	00	Emissão Inicial
Dezembro/2017	01	Versão final após apresentação à diretoria da Renova e à CTBio
Dezembro/2018	02	Adequação da estrutura analítica dos programas e revisão dos indicadores; Revisão conforme Nota Técnica nº 16/2018/CTBio/DIBIO/ICMBio de 01-10-2018 e Deliberação nº 237, de 30 -12- 2018.
Janeiro/2020	03	Revisão da definição do programa, conforme Cláusula 203 do TTAC.

SUMÁRIO

1	Sumário executivo	5
2	Objetivo.....	10
3	Metodologia utilizada	10
4	Declaração do programa.....	10
	4.1 Objetivos, diretrizes, requisitos, premissas e restrições.....	10
	4.2 Ações realizadas e em andamento.....	14
	4.3 Mobilização do conhecimento e identificação das soluções	17
	4.4 Solução Construída	17
	4.5 Estratégia de Engajamento para a Execução.....	21
	4.6 Interface com outros Programas	22
	4.7 Projetos e processos do programa.....	24
5	Planejamento consolidado do programa.....	44
	5.1 Custo do programa (R\$ milhão)	44
	5.2 Cronograma do programa	45
6	Papéis e Responsabilidades	46
7	Plano de resultados	49
	7.1 Indicadores do Programa	49
	7.2 Critérios para encerramento do programa	50
	7.3 Fichas dos indicadores	51
8	Anexos	62
9	Documentos referenciados	62

Tabela 1: Relação de processos do programa	8
Tabela 2: Cronograma e custo estimado do programa	8
Tabela 3: Indicadores do programa	9
Tabela 4: Histórico de engajamento dos stakeholders.....	17
Tabela 5: Plano de ação para engajamento dos stakeholders.....	21
Tabela 6: Interfaces com outros programas	23
Tabela 7: Relação de projetos e processos do programa	24
Tabela 8: Custo estimado do programa até o momento	45
Tabela 9: Cronograma macro do programa	46
Tabela 10: Papéis e responsabilidades do Programa	48
Tabela 11: Indicadores do programa	49

1 Sumário executivo

Este documento tem como finalidade formalizar as entregas da fase de definição do Programa de Unidades de Conservação, de acordo com Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC – Cláusulas 181 e 182, conforme anexo I).

O programa tem como objetivos:

- Avaliar os impactos nas Unidades de Conservação diretamente afetadas pelo rompimento da barragem de Fundão;
- Implementar ações de reparação e mitigação que se façam necessárias, considerando os resultados de avaliações de impacto. Sendo necessário demonstrar onexo causal para aplicação das ações;
- Custear e viabilizar a implementação de ações referentes à consolidação do Parque Estadual do Rio Doce e do Refúgio de Vida Silvestre de Santa Cruz, adotando conceitos, diretrizes e mecanismos definidos na Nota Técnica nº 18/2018/CTBio/DIBIO/ICMBio, planos de trabalho e acordos de cooperação celebrados com os órgãos gestores; e
- Viabilizar a elaboração e implementação do plano de manejo, bem como construir a sede da Área de Proteção Ambiental na foz do rio Doce, a ser criada pelo poder público.

Para atendimento a estes objetivos foram definidos os projetos e processos que devem ser implementados durante a execução do programa. A estrutura de projetos/processos do Programa foi remodelada para que estes possam ser mais bem gerenciados, conforme suas características e especificidades, como localização, tempo de execução, entre outras. Da mesma forma, propomos a revisão dos indicadores de acordo com a nova estrutura, permitindo, portanto, um acompanhamento e controle direcionado para cada fase/etapa das atividades planejadas. Abaixo apresentamos a estrutura anterior e em seguida a estrutura atual proposta.

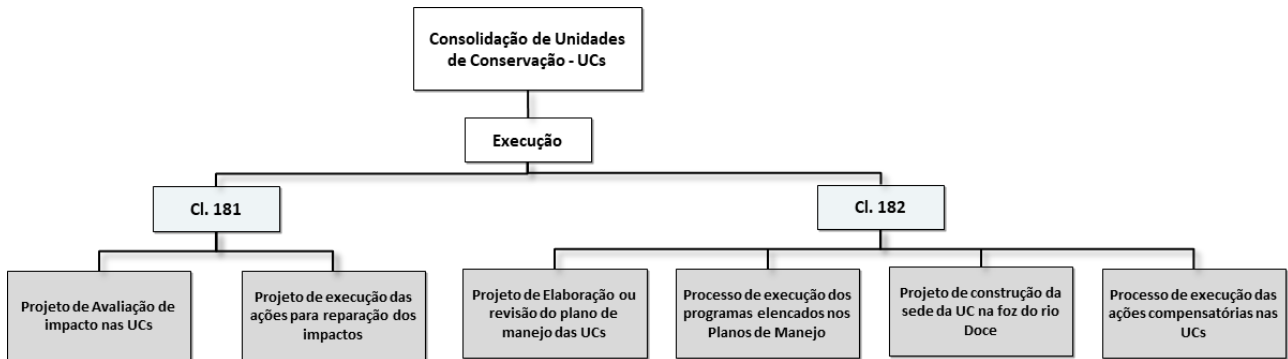


Figura 1 - Estrutura de projetos/processos apresentada no documento FM-GPR-001 Rev.01 - Nov/2017

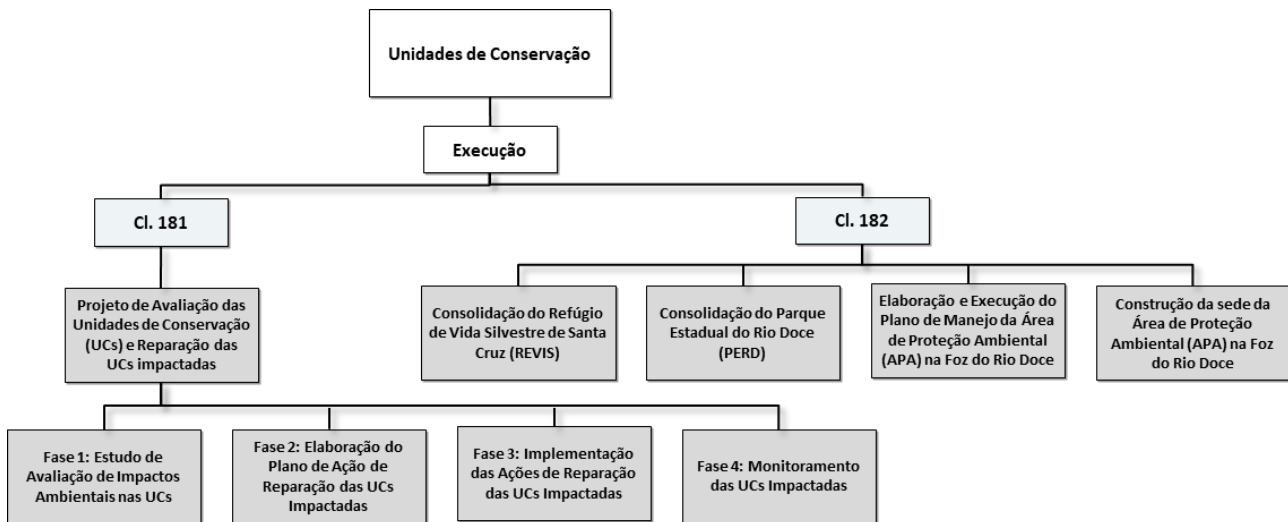


Figura 2 - Estrutura de projetos/processos atual - Jan/2020

Nas tabelas abaixo, estão descritos seus objetivos, tempo de duração e custos estimados. O custo estimado para o programa até o momento é de R\$ 157,0 Milhões. No entanto, este montante poderá mudar quando se estabelecerem eventuais ações de reparação de impacto nas Unidades de Conservação. Estas ações de reparação só serão conhecidas quando forem finalizados os estudos de avaliação de impactos ambientais nas Unidades de Conservação.

PROJETOS\PROCESSOS	OBJETIVO
Projeto de Avaliação de Impacto das Unidades de Conservação (UCs) e Reparação das UCs Impactadas	Realizar estudos de avaliação de impactos ambientais em UCs diretamente afetadas pelo rompimento da barragem de Fundão e ações de reparação quando devidas.
Fase 1: Estudo de Avaliação de Impactos Ambientais nas UCs	Realizar estudos de avaliação de impactos ambientais em UCs diretamente afetadas pelo rompimento da barragem de Fundão.
Fase 2: Elaboração do Plano de Ação de Reparação das UCs Impactadas	Planejar ações de reparação para os impactos sobre as UCs relacionados ao rompimento da Barragem de Fundão.
Fase 3: Implementação das Ações de Reparação das UCs Impactadas	Executar ações de reparação para os impactos sobre as UCs relacionados ao rompimento da Barragem de Fundão.
Fase 4: Monitoramento das UCs Impactadas	Acompanhar a efetividade das ações de reparação nas UCs impactadas pelo rompimento da Barragem de Fundão.
Consolidação do Refúgio de Vida Silvestre de Santa Cruz (REVIS)	Execução das ações compensatórias elencadas pelo órgão gestor da UC no Plano de Trabalho aprovado pelo CIF e estabelecidas no Plano de Manejo.
Projeto para a Elaboração do Plano de Manejo no REVIS de Santa Cruz/ICMBio/ES.	Elaboração do Plano de Manejo do REVIS de Santa Cruz/ICMBio/ES.
Execução dos programas elencados no Plano de Manejo do REVIS de Santa Cruz/ICMBio/ES.	Executar os programas de responsabilidade da Fundação Renova a serem estabelecidos no Plano de Manejo do REVIS de Santa Cruz/ICMBio/ES
Processo de execução das ações compensatórias no REVIS de Santa Cruz/ICMBio/ES.	Execução das ações compensatórias elencadas pelo órgão gestor no REVIS de Santa Cruz/ICMBio/ES.
Consolidação do Parque Estadual do Rio Doce (PERD)	Execução das ações compensatórias elencadas pelo órgão gestor da UC no Plano de Trabalho aprovado pelo CIF e estabelecidas no Plano de Manejo.

PROJETOS\PROCESSOS	OBJETIVO
Projeto para a revisão do Plano de Manejo do Parque Estadual do Rio Doce (PERD)	Revisão do Plano de Manejo do Parque Estadual do Rio Doce (PERD).
Execução dos programas elencados no Plano de Manejo do Parque Estadual do Rio Doce (PERD)	Executar os programas de responsabilidade da Fundação Renova estabelecidos no Plano de Manejo do Parque Estadual do Rio Doce (PERD).
Processo de execução das ações compensatórias no Parque Estadual do Rio Doce (PERD)	Execução das ações compensatórias elencadas pelo órgão gestor do Parque Estadual do Rio Doce (PERD)
Elaboração e Execução do Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental (APA) na Foz do Rio Doce	Elaboração do Plano de Manejo da APA e execução das ações estabelecidas no Plano de Manejo.
Projeto para a elaboração do Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental (APA) na Foz do Rio Doce	Elaboração do Plano de Manejo da APA na foz do rio Doce, após sua criação pelo Poder Público.
Execução dos programas elencados no Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental (APA) na Foz do Rio Doce	Executar os programas de responsabilidade da Fundação Renova estabelecidos no Plano de Manejo da APA na foz do rio Doce.
Construção da Sede da Área de Proteção Ambiental (APA) na Foz do Rio Doce	Elaborar projeto arquitetônico e construir a sede da UC na foz do rio Doce, após sua criação pelo Poder Público.

Tabela 1: Relação de processos do programa

PROJETO/PROCESSO	2018	2019	2020	2021	2023	2025	2026	2029	2030
Projeto de Avaliação de Impacto das Unidades de Conservação (UCs) e Reparação das UCs Impactadas	Jun						Fev		
Fase 1: Estudo de Avaliação de Impactos Ambientais nas UCs	Jun			Jan					
Fase 2: Elaboração do Plano de Ação de Reparação das UCs Impactadas				Jan Jun					
Fase 3: Implementação das Ações de Reparação das UCs Impactadas				Jun		Jun			
Fase 4: Monitoramento das UCs Impactadas				Jun			Fev		
Consolidação do Refúgio de Vida Silvestre de Santa Cruz (REVIS)	Fev							Set	
Consolidação do Parque Estadual do Rio Doce (PERD)	Ago								Fev
Elaboração e Execução do Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental (APA) na Foz do Rio Doce									
Construção da Sede da Área de Proteção Ambiental (APA) na Foz do Rio Doce									

Tabela 2: Cronograma e custo estimado do programa

As ações de reparação só serão conhecidas após a conclusão dos estudos de avaliação de impactos ambientais e a construção da sede da APA só pode ser feita após sua criação, o que depende do Poder Público.

Atualmente o acordo vigente entre Fundação Renova e ICMBio tem vigência de 5 anos, podendo ser prorrogado por conta das ações previstas no plano de Manejo que será elaborado.

Para avaliação dos resultados do programa e assegurar que os objetivos foram alcançados, foram definidos os indicadores listados na tabela abaixo.

TIPO	INDICADOR	CLÁUSULAS	UNIDADE	MEDIÇÃO	META
Eficácia	I01 - Quantidade de UCs com avaliação concluída	181	%	Mensal	100%
	I02 - Execução das ações para reparação de impactos nas UCs	181	%	Mensal	100%
	I03 – Unidades de Conservação com reparação concluída	181	%	Anual	100%
	I04 - Execução das ações para consolidação do Refúgio de Vida Silvestre de Santa Cruz (REVIS)	182	%	Semestral	100%
	I05 - Execução das ações para consolidação do Parque Estadual do Rio Doce (PERD)	182	%	Semestral	100%
	I06 – Elaboração do Plano de Manejo da APA na foz do rio Doce	182	%	Mensal	100%
	I07 - Execução do Plano de Manejo da APA na foz do rio Doce	182	%	Mensal	100%
	I08 - Construção da sede da APA na foz do rio Doce	182	%	Mensal	100%

Tabela 3: Indicadores do programa

O programa será encerrado quando forem alcançadas as metas dos indicadores de eficácia, com a devida comprovação de auditoria independente.

2 Objetivo

Este documento tem como finalidade formalizar as entregas da fase de definição do Programa de Unidades de Conservação, de acordo com o Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta – TTAC (Cláusulas 181 e 182, conforme Anexo I), de forma a explicitar seus objetivos, escopo e resultados esperados. Além disto, são descritos os indicadores de resultado e os critérios para encerramento do programa.

3 Metodologia utilizada

A figura abaixo demonstra a abordagem metodológica utilizada no desenvolvimento dos programas que estão sob responsabilidade da Fundação Renova (Fundação).

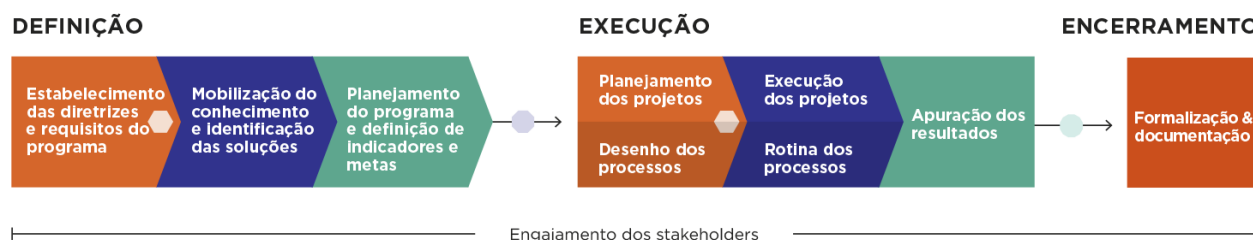


Figura 3- Ciclo de vida do programa

A etapa de definição do programa é fundamental para garantir que todas as questões relevantes necessárias para a definição do escopo e dos resultados esperados estejam claramente explicitadas entre a Fundação e as partes interessadas, representadas para este fim pelo CIF e Câmaras Técnicas. A formalização e registro destas definições servirão como base para que os programas sejam dados por encerrados após o término de sua execução.

4 Declaração do programa

4.1 Objetivos, diretrizes, requisitos, premissas e restrições

4.1.1 Objetivos

- Avaliar os impactos nas Unidades de Conservação diretamente afetadas pelo rompimento da barragem de Fundão;
- Implementar ações de reparação e mitigação que se façam necessárias, considerando os resultados de avaliações de impacto. Sendo necessário demonstrar onexo causal para aplicação das ações;
- Custear e viabilizar a implementação das ações referentes à consolidação do Parque Estadual do Rio Doce e o Refúgio de Vida Silvestre de Santa Cruz,

adotando conceitos, diretrizes e mecanismos definidos na Nota Técnica nº 18/2018/CTBio/DIBIO/ICMBio, planos de trabalho e acordos de cooperação celebrados com os órgãos gestores; e

- Viabilizar a elaboração e implementação do Plano de Manejo, bem como construir a sede da Área de Proteção Ambiental na foz do rio Doce, a ser criada pelo poder público.

4.1.2 Diretrizes

- A condução do programa prevê estudos de avaliação de impactos nas UC diretamente impactadas pelo rompimento da barragem de Fundão;
- A Fundação deve apresentar Termo de Referência para execução dos estudos de avaliação de impacto ambiental conforme diretrizes definidas pelos órgãos ambientais. A Deliberação CIF nº 114 alterou esta exigência para a elaboração de um Plano de Trabalho;
- Ações e cronograma de implementação das ações descritas na Cláusula 182 devem ser discutidos entre os órgãos gestores das Unidades de Conservação e a Fundação Renova, com base em Plano de Trabalho a ser apresentado pelos órgãos gestores das UCs, devendo a CTBio e/ou CIF se manifestar quando os entes não estabelecerem acordo;
- Nota Técnica nº 04/2016/APA Costa das Algas/ICMBio – Define as diretrizes para elaboração do Termo de Referência para os estudos de avaliação dos potenciais impactos ambientais nas UCs do Espírito Santo e sul da Bahia;
- Nota Técnica nº 03/2017 APA Costa das Algas/ICMBio – Análise do Termo de Referência para os “Estudos de avaliação da incidência e magnitude dos impactos gerados pelo rompimento da Barragem de Fundão nas Unidades de Conservação diretamente afetadas pelo EVENTO” e diretrizes para construção dos Planos de Trabalho para atendimento à Cláusula 181 do TTAC;
- Nota Técnica nº 04/2017/CTBIO/DIBIO/ICMBio – Revisão do agrupamento das Unidades de Conservação;

- Nota Técnica nº 04/2018/CTBio/DIBIO/ICMBio – Análise das adequações ao Plano de Trabalho para os “Estudos de avaliação da incidência e magnitude dos impactos gerados pelo rompimento da Barragem de Fundão nas Unidades de Conservação diretamente afetadas pelo EVENTO”;
- Notas Técnicas nº 57/2017/COMAN/CGCAP/DIMAN/ICMBio e nº 2/2017/REVIS Santa Cruz/ICMBio – Análise do documento SEQ4016/2017/GJU encaminhado pela Fundação RENOVA, em relação à elaboração do Plano de Manejo do REVIS Santa Cruz e APA Costa das Algas;
- Nota Técnica nº 01/2018/DRE/CGPLAN/DIPLAN/ICMBio – Sumário do processo de negociação, entre o ICMBio e a Fundação Renova, para a definição de ações a serem implementadas por esta Fundação para o cumprimento da Cláusula 182 do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC);
- Nota Técnica nº 18/2018/CTBio/DIBIO/ICMBio – Consensos e recomendações produzidas na “1ª Oficina de diretrizes para consolidação de unidades de conservação afetadas pelo rompimento da Barragem de Fundão – Cláusula 182 do TTAC”;
- Plano de Trabalho para Consolidação do Refúgio de Vida Silvestre de Santa Cruz/ICMBIO/ES - Apresentação das ações iniciais relativas à consolidação do Refúgio de Vida Silvestre de Santa Cruz, até a elaboração de seu Plano de Manejo, em atendimento ao disposto na Cláusula 182 do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta celebrado entre a União, os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, e a SAMARCO MINERAÇÃO S.A.; e
- Plano de Trabalho para Consolidação do Parque Estadual do Rio Doce/IEF/MG - Apresentação das ações iniciais relativas à consolidação do Parque Estadual do Rio Doce, em atendimento ao disposto na Cláusula 182 do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta celebrado entre a União, os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, e a SAMARCO MINERAÇÃO S.A.

4.1.3 Requisitos

- ¹Deliberação CIF nº 36 de novembro de 2016 – Define as UCs direta e indiretamente afetadas que serão alvo dos estudos de avaliação de impacto ambiental, somando 39 UCs. Define a entrega, pela Renova, de Termo de Referência após órgãos ambientais enviarem as diretrizes dos estudos;
- ¹Deliberação CIF nº 179 de junho de 2018 – Inclui a UC APA Ponta das Baleias/Abrolhos na Cláusula 181, às UCs a serem avaliadas;
- Nota Técnica IEF de junho de 2017 (e-mail) – Define as diretrizes para os estudos de avaliação de impacto ambiental nas UCs de Minas Gerais;
- Plano de Trabalho para Consolidação do REVIS de Santa Cruz/ICMBio/ES; e
- Plano de Trabalho para Consolidação do PERD/IEF/MG.

4.1.4 Premissas

- Os custos das ações referentes à consolidação das Unidades de Conservação (PERD e REVIS de Santa Cruz), além das ações previstas para a APA na foz do rio Doce, devem ser aprovados pelo CIF, por serem de cunho compensatório;
- Considera-se que haverá apoio dos gestores das UCs às equipes que conduzirão os estudos, fornecendo dados secundários, facilitando interlocução com moradores e trabalhadores locais, orientando sobre os pontos diretamente impactados, dentre outros;
- Para realização de avaliação de impacto em zonas de amortecimento das UCs, deve haver autorização prévia dos proprietários;
- Os resultados dos estudos serão submetidos à aprovação dos gestores das UCs antes de seu envio ao CIF/CTBIO; e
- Os custos para os estudos de impacto ambiental foram baseados nos contratos vigentes, que seguem definições de Planos de Trabalho aprovados. As

¹A pretensão contida nas Deliberações CIF nºs 36/16 e 179/18 extrapola o objeto do TTAC, ao passo que verdadeiramente alargar o rol de Unidades de Conservação previstas na Cláusula 181 do instrumento.

estimativas para ações reparatórias nestas UCs dependem dos resultados dos estudos em andamento.

4.1.5 Restrições

- A construção da sede da APA e a elaboração e implementação de seu Plano de Manejo só poderão ser realizados após criação desta UC pelo Poder Público.

4.2 Ações realizadas e em andamento

4.2.1 Ações realizadas

- Elaboração e entrega do Termo de Referência para os estudos de avaliação da incidência e magnitude dos impactos gerados pelo rompimento da Barragem de Fundão nas Unidades de Conservação afetadas pelo evento;
- Discussões internas envolvendo setor jurídico e Compliance para avaliação do Plano de Trabalho para consolidação do REVIS de Santa Cruz;
- Reuniões com os órgãos gestores para discussão dos termos e cronograma de implementação das ações;
- Elaboração, entrega e aprovação do Plano de Trabalho para os estudos de avaliação da incidência e magnitude dos impactos gerados pelo rompimento da Barragem de Fundão nas Unidades de Conservação afetadas pelo evento;
- Contratações para realização da avaliação de impacto nas 40 UCs listadas na Deliberação CIF 36 e 179;
- 1ª Oficina de diretrizes para consolidação de unidades de conservação afetadas pelo rompimento da Barragem de Fundão;

- Vistoria das estruturas existentes e de novas estruturas/benfeitorias, cujas reformas ou construções serão previstas no Plano de Trabalho para consolidação do Parque Estadual do Rio Doce (PERD);
- Assinatura do Acordo De Cooperação Técnica (nº 18/2018 GABIN/ICMBIO) entre Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio e a Fundação Renova, objetivando a realização de ações para a consolidação do Refúgio de Vida Silvestre de Santa Cruz, no âmbito da Cláusula 182 do TTAC;
- Conclusão das Oficinas de Diagnóstico das Unidades de Conservação indicadas na Cláusula 181 do TTAC e Deliberações nº36/2016 e nº179/2018. Foram realizadas cinco oficinas em 2019, uma para cada grupo de Unidades de Conservação: Continentais 1, Continentais 2, Costeiras 1-Espírito Santo, Costeiras 1-Bahia e Costeiras 2;
- Conclusão das Oficinas de Avaliação dos impactos ambientais nas Unidades de Conservação dos grupos Continentais 1, Continentais 2, Costeiras 1-Espírito Santo e Costeiras 2, com o objetivo de apresentar e discutir os resultados das expedições a campo e analisar as propostas de novos estudos ou medidas reparatórias;
- Aprovação do Plano de Trabalho de consolidação do Parque Estadual do Rio Doce (PERD) – 1ª Etapa pelo CIF por meio da Deliberação nº 318, com os ajustes acordados entre Fundação Renova e Instituto Estadual de Florestas (IEF), conforme recomendação exposta na Nota Técnica nº 24/2019/CTBio/DIBIO/ICMBio;
- Levantamento das características técnico-construtivas da edificação existente na Base Oceanográfica de Santa Cruz – Aracruz, localizada no Pontal do Piraquê-Açu, Aracruz/ES, de propriedade da Prefeitura Municipal de Aracruz, da qual a UFES (Universidade Federal do Espírito Santo) possui a cessão. Essa edificação é uma alternativa para estabelecimento da Sede Administrativa do Refúgio de Vida Silvestre de Santa Cruz (REVIS) prevista no Plano de Trabalho para Consolidação da Unidade, em atendimento à Cláusula 182;

- Conclusão do levantamento topográfico do terreno da Base Oceanográfica de Santa Cruz – Aracruz;
- Protocolo dos relatórios de Avaliação dos Impactos do Rompimento da Barragem de Fundão sobre as Unidades de Conservação que compõem o grupo Continentais 2: Monumento Natural Pico do Ibituruna, Área de Proteção Especial Pico do Ibituruna, Parque Estadual Sete Salões, RPPN Sete de Outubro, RPPN Fazenda Bulcão e Floresta Nacional dos Goytacazes; e
- Análise do Termo de Referência enviado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) por meio do Ofício SEI nº 64/2019-ICMBio Santa Cruz para Elaboração do Plano de Manejo do Refúgio de Vida Silvestre de Santa Cruz (REVIS) e da Área de Proteção Ambiental Costa das Algas.

4.2.2 Ações em andamento

- Atividades previstas no Plano de Trabalho para os estudos de avaliação da incidência e magnitude dos impactos gerados pelo rompimento da Barragem de Fundão nas Unidades de Conservação afetadas pelo evento;
- Elaboração do Acordo de Cooperação Técnica entre Instituto Estadual de Florestas - IEF e a Fundação Renova, objetivando a realização de ações para a consolidação do Parque Estadual do Rio Doce, no âmbito da Cláusula 182 do TTAC;
- Discussão do Termo de Referência para elaboração do Plano de Manejo do Refúgio de Vida Silvestre de Santa Cruz (REVIS) e da Área de Proteção Ambiental Costa das Algas; e
- Elaboração do Projeto Conceitual para construção/adequação da estrutura física da sede do Refúgio de Vida Silvestre de Santa Cruz (REVIS).

4.3 Mobilização do conhecimento e identificação das soluções

Com o objetivo de construir respostas adequadas às necessidades deste programa, as ações estão sendo realizadas segundo o diálogo estabelecido com os stakeholders, tais como órgãos ambientais, empresas de consultorias e ONGs a serem contratadas para elaboração e execução dos projetos de avaliação de impacto e consolidação das UCs, e internamente com a área de engenharia e território.

4.3.1 Histórico de engajamento dos stakeholders

Na tabela abaixo estão descritas as ações de engajamento que foram executadas para construção da solução para este programa.

STAKEHOLDERS	HISTÓRICO DE ENGAJAMENTO
Órgãos ambientais (ICMBio, IBAMA, IEF, IEMA)	Gestão realizada através das Câmaras Técnicas do Comitê Interfederativo e reuniões individualizadas para negociação dos Planos de Trabalho para consolidação das UCs.
Jurídico Fundação Renova	Reuniões conjuntas para alinhamento e entendimento dos planos de trabalho apresentados pelos órgãos.
Líderes de Programas e Gerências Executivas	Apresentação dos resultados das reuniões com órgãos ambientais e setor jurídico; verificação de programas aderentes a eventuais medidas reparatórias e compensatórias.

Tabela 4: Histórico de engajamento dos stakeholders

4.4 Solução Construída

Há duas vertentes neste Programa de naturezas distintas: a Cláusula 181 é reparatória, voltada à identificação e mensuração dos impactos em Unidades de Conservação, enquanto a Cláusula 182 é compensatória e foca no desenvolvimento técnico-estrutural e gerencial para consolidação de Unidades de Conservação.

Para a primeira vertente, construiu-se em conjunto com os órgãos gestores das UCs (ICMBio, IEF-MG e IEMA-ES) um Plano de Trabalho que estabelece duas etapas para a avaliação de impactos ambientais.

A primeira etapa pretende realizar uma avaliação rápida das UCs. Inicialmente, será feita uma caracterização prévia das áreas por meio de dados secundários e entrevistas estruturadas com gestores e, caso necessário, com outros atores relevantes na dinâmica das unidades. O objetivo desta etapa é levantar hipóteses sobre a ocorrência e magnitude dos impactos. Os dados recolhidos nesta etapa são compilados e apresentados nas Oficinas de Diagnóstico, com a finalidade de promover a articulação com as diversas instituições e organizações envolvidas com a gestão/fiscalização e monitoramento do território, bem como com organizações de pesquisa e ONGs atuantes nas ações de pesquisa e reparação do rompimento da barragem. Pretende-se conseguir como produto destas Oficinas as definições para as próximas etapas da avaliação, como as diretrizes a serem seguidas no momento das expedições, através da identificação das lacunas de conhecimento.

Nestas Oficinas de Diagnóstico deve-se também definir o estado das UCs avaliadas, de acordo com as categorias:

- UCs onde foi identificado que não houve impacto;
- UCs onde não foi identificada a ocorrência de impacto, mas a avaliação foi inconclusiva;
- UCs com impactos identificados, mas não plenamente mensurados; e
- UCs com impactos identificados, caracterizados e mensurados.

As UCs onde não ocorreram impactos só podem ser assim identificadas caso haja constatação inequívoca, por parte dos pesquisadores e dos entrevistados, que a área não foi afetada pelos rejeitos, de forma direta. Esta constatação pode ser obtida pelas evidências dos entrevistados e/ou por meio de relatórios técnicos e publicações.

Para as outras duas categorias, são planejadas expedições a campo para confirmação das informações reunidas na primeira etapa. As expedições, que inauguram a segunda etapa dos estudos de avaliação de impactos nas UCs, podem acrescentar dados

primários à análise, de forma a complementar, confirmar ou refutar as hipóteses levantadas por meio dos dados secundários e entrevistas.

Para as UCs que permanecerem com impactos identificados, mas que não tenha sido possível mensurá-lo nas expedições, devem ser propostos estudos complementares para permitir o conhecimento da magnitude do impacto. Para aquelas com impactos definidos e mensurados, deve-se apresentar proposição de medidas reparatórias, juntamente com seu processo de acompanhamento e avaliação.

Estes resultados das expedições são compilados e então apresentados e discutidos nas Oficinas de Avaliação, com objetivo de levar os resultados das expedições aos interessados. Nestas oficinas os dados são revistos e analisadas as propostas de novos estudos ou de medidas reparatórias. As conclusões da 2ª Oficina servem como base para a elaboração do relatório final, que deverá conter:

- a) Justificativas para a exclusão das UCs identificadas como não afetadas;
- b) Respostas às perguntas orientadoras;
- c) Impactos identificados e mensurados decorrentes do rompimento;
- d) Propostas de medidas reparatórias (quando for o caso);
- e) Resultados esperados e indicadores/metapas das medidas reparatórias;
- f) Cronograma de implantação das medidas reparatórias;
- g) Propostas de monitoramento e estudos complementares (quando for o caso).

Estudos complementares e medidas reparatórias devem ser apresentadas detalhadamente em uma etapa posterior, nos respectivos Planos de Trabalho para apreciação do CIF. A continuidade destas ações dependerá da aprovação do Comitê. A conclusão dos estudos complementares deve acontecer quando for possível atender aos itens "b", "c", "d", "e" e/ou "f" acima. A conclusão das medidas reparatórias ocorrerá quando atendidos os critérios a serem definidos no item "e" e "f", ou seja, se foram atingidos os resultados esperados e alcançados os indicadores/metapas estabelecidos dentro do cronograma previsto.

Para as ações compensatórias, alvos da Cláusula 182, o primeiro passo é a definição, junto aos órgãos gestores das UCs de projetos e ações para a consolidação destas áreas. No caso da UC a ser criada pelo Poder Público na foz do rio Doce, as ações já estão definidas (construção da sede, elaboração e implementação do Plano de Manejo), pendendo a elaboração de projetos para as efetivas entregas a serem feitas pela Fundação Renova. Por outro lado, as ações de consolidação no PERD e no REVIS de Santa Cruz serão definidas por meio de negociação direta entre órgão gestor e Fundação Renova. Dessa maneira, estas relações sempre estarão pautadas pela contratação/compra de produtos e serviços para atendimento às necessidades específicas de cada UC, conforme categoria de manejo, localização geográfica, ambientes contemplados, ameaças e outros fatores. Deverão levar em consideração as diretrizes apresentadas na Nota Técnica nº 18/2018/CTBio/DIBIO/ICMBio, que define "Consolidação" como sendo um conjunto de condições e processos que permitem o alcance dos objetivos da Unidade de Conservação (UC) e sua manutenção no longo prazo, considerando:

- Conservação dos recursos e valores fundamentais da UC, com destaque para a diversidade biológica e socioambiental;
- Capacidade gerencial e operacional; e
- Sustentação e legitimação social.

E os elementos fundamentais para o alcance da consolidação devem incluir:

- Insumos: estrutura, recursos humanos, serviços e materiais;
- Ferramentas efetivas de gestão (diagnóstico, planejamento, execução, monitoramento e avaliação);
- Governança participativa e equitativa;
- Sustentabilidade financeira; e
- Apropriação de valores da UC pela sociedade.

A partir do mapeamento dos stakeholders e da definição da estratégia de abordagem foi elaborado o plano de ação para construção da solução conforme tabela abaixo.

4.5 Estratégia de Engajamento para a Execução

STAKEHOLDERS	ESTRATÉGIA DE ENGAJAMENTO	RESULTADO ESPERADO
Órgãos ambientais (ICMBio, IBAMA, IEF, IEMA)	A gestão será realizada através das Câmaras Técnicas do Comitê Interfederativo.	Buscar sempre uma estratégia colaborativa para alcance das soluções.
Gestores das UCs	Entendimento das diretrizes para estudos de impactos ambientais e justificativas para pedidos de reparação/compensação.	Manter um bom relacionamento com os gestores, pautado na ética e em critérios técnicos. Evitar sobreposições com outros PGs, otimizando ações possíveis de aplicação nas UCs.
Jurídico Fundação Renova	Reuniões conjuntas para alinhamento e entendimento dos planos de trabalho apresentados pelos órgãos.	Auxílio na análise dos pedidos de compensação e verificação de respaldo no TTAC.
Líderes de Programas e Gerências Executivas	Apresentar os resultados das avaliações de impactos para verificar emprego das ações de outros programas; alinhar junto aos gerentes de território os projetos que serão conduzidos em suas áreas (obras e reformas de estruturas nas UCs)	Evitar ações sobrepostas e contratações duplicadas; garantir apoio às equipes em campo pela gerenciadora; evitar atrasos em obras. Buscar a rápida solução de controvérsias e lacunas de orientação/planejamento/execução, visando a eficácia e tempestividade das ações.
Contratadas	Acompanhamento da execução do contrato e das entregas conforme planejamento.	Evitar atrasos nas entregas e cumprimento correto das ações do TTAC.

Tabela 5: Plano de ação para engajamento dos stakeholders

4.6 Interface com outros Programas

Abaixo, apresenta-se a tabela 6 com o levantamento das interfaces deste programa com outros da Fundação Renova e as correspondentes ações para assegurar que elas sejam geridas de forma a produzir os melhores resultados.

CT	PROGRAMA	DESCRIÇÃO DA INTERFACE	AÇÕES DE ENCAMINHAMENTO
CTFLOR	PG26/27 – Recuperação de APP's e Nascentes	Ações de restauração florestal em APP.	Verificar a possibilidade de emprego de ações da restauração florestal em áreas afetadas no interior das UCs e em suas zonas de amortecimento.
CTSHQA	PG38 – Programa de Monitoramento da Bacia do Rio Doce	Utilização de dados primários e secundários para identificação e entendimento de eventuais impactos nas UCs continentais, costeiras e marinhas.	Utilização dos dados do monitoramento da água e sedimentos.
CTBIO	PG30 – Conservação da Biodiversidade Terrestre	Utilização de dados primários e secundários para identificação e entendimento de eventuais impactos nas UCs continentais, costeiras e marinhas.	Utilização dos dados do monitoramento da fauna e flora terrestres e solos para identificação e entendimento de eventuais impactos nas UCs.
CTBIO	PG28 – Conservação da Biodiversidade Aquática	Utilização de dados primários e secundários para identificação e entendimento de eventuais impactos nas UCs continentais, costeiras e marinhas.	Utilização dos dados do monitoramento da biota aquática no rio Doce, tributários, foz, estuário e costa para identificação e entendimento de eventuais impactos nas UCs.
CTREJ	PG23 – Manejo de Rejeitos	Identificação da presença e extensão da lama nos ambientes das UCs e de suas zonas de amortecimento.	Verificação dos dados de deposição de rejeitos nas margens e ações previstas para manejo.
CTECL	PG13 – Turismo, Cultura, esporte e Lazer	Identificação de atrativos turísticos e construção de planos de uso público no âmbito dos Planos de Manejo.	Planos de Manejo das UCs selecionadas podem prever ações de visitação voltadas a atrativos turísticos e opções de lazer.

CT	PROGRAMA	DESCRIÇÃO DA INTERFACE	AÇÕES DE ENCAMINHAMENTO
CTECL	PG06 – Comunicação, Participação, Diálogo e Controle Social	Apoio na divulgação das ações e resultados nas comunidades impactadas	Produção e divulgação de informações sobre estado das populações de peixes e outros animais aquáticos, pesca e saúde

Tabela 6: Interfaces com outros programas

4.7 Projetos e processos do programa

Os projetos e processos definidos para alcançar os objetivos do programa estão listados na tabela abaixo sendo descritos nos quadros seguintes.

TÍTULO
Projeto de Avaliação de Impacto das Unidades de Conservação (UCs) e Reparação das UCs Impactadas
Fase 1: Estudo de Avaliação dos Impactos Ambientais nas UCs
Fase 2: Elaboração do Plano de Ação de Reparação das UCs Impactadas
Fase 3: Implementação das Ações de Reparação das UCs Impactadas
Fase 4: Monitoramento das UCs Impactadas
Consolidação do Refúgio de Vida Silvestre de Santa Cruz (REVIS)
Projeto para a Elaboração do Plano de Manejo no REVIS de Santa Cruz/ICMBio/ES.
Execução dos programas elencados no Plano de Manejo do REVIS de Santa Cruz/ICMBio/ES.
Processo de execução das ações compensatórias no REVIS de Santa Cruz/ICMBio/ES.
Consolidação do Parque Estadual do Rio Doce (PERD)
Projeto para a revisão do plano de manejo do Parque Estadual do Rio Doce (PERD)
Execução dos programas elencados no Plano de Manejo do Parque Estadual do Rio Doce (PERD)
Processo de execução das ações compensatórias no Parque Estadual do Rio Doce (PERD)
Elaboração e Implementação do Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental (APA) na Foz do Rio Doce
Projeto para a elaboração do Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental (APA) na Foz do Rio Doce
Implementação dos programas elencados no Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental (APA) na Foz do Rio Doce
Construção da Sede da Área de Proteção Ambiental (APA) na Foz do Rio Doce

Tabela 7: Relação de projetos e processos do programa

De forma mais detalhada, abaixo a descrição dos projetos e processos, bem como seus requisitos, premissas e restrições.

Projeto de Avaliação de Impacto das Unidades de Conservação (UCs) e Recuperação das UCs Impactadas

Fase 1: Estudo de Avaliação dos Impactos Ambientais nas UCs

Objetivo

Realizar estudos de avaliação de impactos ambientais em UCs diretamente impactadas pelo rompimento da barragem de Fundão

Requisitos, Premissas e Restrições

Requisitos:

- Nota Técnica nº 4/2016/APA Costa das Algas/ICMBio – Define as diretrizes para elaboração do Termo de Referência para os estudos de avaliação dos potenciais impactos ambientais nas UCs do Espírito Santo e sul da Bahia;
- Nota Técnica IEF de junho de 2017 (e-mail) – Define as diretrizes para os estudos de avaliação de impacto ambiental nas UCs de Minas Gerais;
- Nota Técnica nº 03/2017 APA Costa das Algas/ICMBio - Análise do Termo de Referência para os “Estudos de avaliação da incidência e magnitude dos impactos gerados pelo rompimento da Barragem de Fundão nas Unidades de Conservação diretamente afetadas pelo EVENTO” e diretrizes para construção dos Planos de Trabalho para atendimento à Cláusula 181 do TTAC;
- Nota Técnica nº 4/2017/CTBIO/DIBIO/ICMBio - Revisão do agrupamento das Unidades de Conservação; e
- Nota Técnica nº 4/2018/CTBio/DIBIO/ICMBio - Análise das adequações ao Plano de Trabalho para os “Estudos de avaliação da incidência e magnitude dos impactos gerados pelo rompimento da Barragem de Fundão nas UCs diretamente afetadas pelo EVENTO”.

Premissas:

- Considera-se que haverá apoio dos gestores das UCs às equipes que conduzirão os estudos, fornecendo dados secundários, facilitando interlocução com moradores e trabalhadores locais, orientando sobre os pontos diretamente impactados, dentre outros;
- Para realização de avaliação de impacto em zonas de amortecimento das UCs, deve haver autorização prévia dos proprietários;
- Os resultados dos estudos serão submetidos à aprovação dos Gestores das UCs antes de seu envio ao CIF/CTBIO; e
- O cronograma detalhado do projeto será apresentado após efetivação das contratações das instituições responsáveis pelos estudos.

Escopo do Projeto

Realizar estudos de identificação e mensuração de impactos físicos, biológicos e socioeconômicos causados pela lama de rejeitos oriundas do rompimento da barragem de Fundão nas Unidades de Conservação identificadas na Cláusula 181 do TTAC, para posteriormente propor as medidas reparatórias consideradas necessárias.

Fase 2 e 3: Elaboração e Implementação do Plano de Ação de Reparação das UCs Impactadas

Objetivo

Planejar e implementar ações de reparação para os impactos sobre as UCs relacionados ao rompimento da Barragem de Fundão.

Requisitos, Premissas e Restrições

Requisitos:

- Relatórios finais dos estudos de avaliação de impactos ambientais com proposições de ações para reparação, caso os impactos tenham sido identificados, mensurados e exista nexos com o rompimento da Barragem de Fundão;

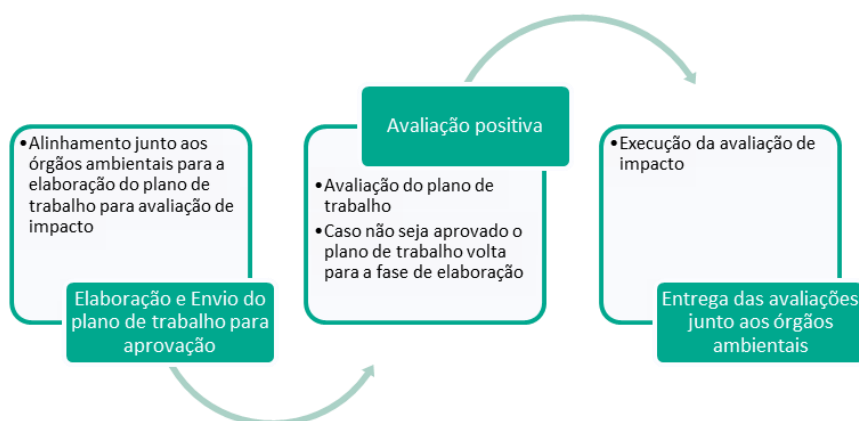
- Ações para reparação devem ser planejadas quanto à metodologia a ser utilizada, resultados esperados, mecanismos de acompanhamento, seleção de indicadores e metas e orçamento; e
- As ações de reparação propostas devem ser comparadas às já em andamento em outros programas da Fundação para evitar sobreposições.

Premissas:

- Para execução de ações de reparação em zonas de amortecimento das UCs, deve haver autorização prévia dos proprietários; e
- As estimativas de custos relacionadas às ações reparatórias só poderão ser fornecidas após o término das avaliações de impacto ambiental, pois estes estudos irão apontar a extensão e magnitude dos impactos.

Descrição do Processo

- Alinhamento junto aos órgãos ambientais sobre o Plano de Trabalho para execução dos estudos de avaliação de impactos ambientais;
- Avaliação do Plano de Trabalho por parte dos órgãos ambientais;
- Aprovação do Plano de Trabalho;
- Processo de seleção e contratação das equipes executoras;
- Início das avaliações; e
- Caso não seja aprovado, o Plano de Trabalho será revisado e passará por nova apreciação.



Fase 4: Monitoramento das UCs impactadas

Objetivo

Acompanhar e avaliar a efetividade das ações de reparação propostas nas UCs impactadas pelo rompimento da barragem de Fundão.

Requisitos, Premissas e Restrições

Requisitos:

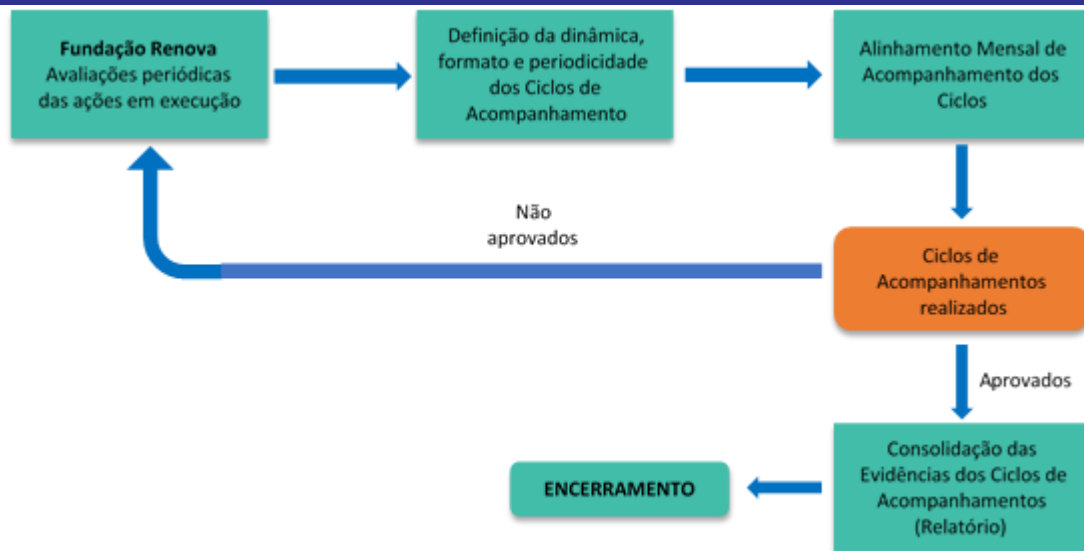
- Relatórios finais dos estudos de avaliação de impactos ambientais com proposições de ações para reparação, caso os impactos tenham sido identificados, mensurados e exista nexos com o rompimento da Barragem de Fundão; e
- As ações de reparação propostas devem ser comparadas àquelas já em andamento em outros programas da Fundação para evitar sobreposições.

Premissas:

- Para execução de ações de reparação em zonas de amortecimento das UCs, deve haver autorização prévia dos proprietários; e
- Aprovação prévia do Plano de Trabalho por parte dos órgãos ambientais/gestores das UCs.

Descrição do Processo

- Avaliações periódicas das ações em execução;
 - Definição da dinâmica, formato e periodicidade dos Ciclos de Acompanhamento;
 - Alinhamento Mensal de Acompanhamento dos Ciclos;
 - Ciclos de Acompanhamentos realizados; e
 - Consolidação das Evidências dos Ciclos de Acompanhamentos (Relatório)
-



Consolidação do Refúgio de Vida Silvestre de Santa Cruz (REVIS)

Projeto para a Elaboração do Plano de Manejo no REVIS de Santa Cruz/ICMBio/ES.

Objetivo

Elaboração do Plano de Manejo do REVIS de Santa Cruz/ICMBio/ES.

Requisitos, Premissas e Restrições

Requisitos:

- Para a elaboração do Plano de Manejo em UC sob administração do ICMBio, utilizar as diretrizes e os procedimentos para elaboração e revisão de planos de manejo de unidades de conservação estabelecidos na Instrução Normativa Nº 7 de 21 de dezembro de 2017.

Premissas:

- Considera-se que haverá apoio dos gestores da UC às equipes que conduzirão os estudos, fornecendo dados secundários, facilitando interlocução com moradores e trabalhadores locais, dentre outros;
- Considera-se que, para realização de coleta de dados na UC, haverá autorização dos órgãos gestores, conforme normatização de cada órgão;
- Para realização de coleta de dados em zonas de amortecimento das UCs, deve haver autorização prévia dos proprietários;
- Os documentos referentes ao Plano de Manejo serão submetidos à aprovação dos Gestores das UCs antes de seu envio para apreciação pelos órgãos gestores; e
- O orçamento e cronograma detalhados do projeto só poderão ser apresentados após definição, em conjunto com os órgãos gestores da UC, da metodologia para elaboração dos Planos de Manejo da UC.

Escopo do Projeto

Elaborar o Plano de Manejo do REVIS de Santa Cruz/ICMBio/ES de forma que possa fornecer diretrizes técnicas e gerenciais para o cumprimento dos seus objetivos de criação.

Execução dos programas elencados no Plano de Manejo do REVIS de Santa Cruz/ICMBio/ES.

Objetivo

Executar os programas de responsabilidade da Fundação Renova a serem estabelecidos no Plano de Manejo do REVIS de Santa Cruz/ICMBio/ES.

Requisitos, Premissas e Restrições

Requisitos:

- Aprovação do Plano de Manejo pelos órgãos competentes;

- Definição de responsabilidades pela implantação dos programas, entre Fundação Renova e órgãos gestores; e
- Aprovação, pelo CIF, dos orçamentos para execução dos programas.

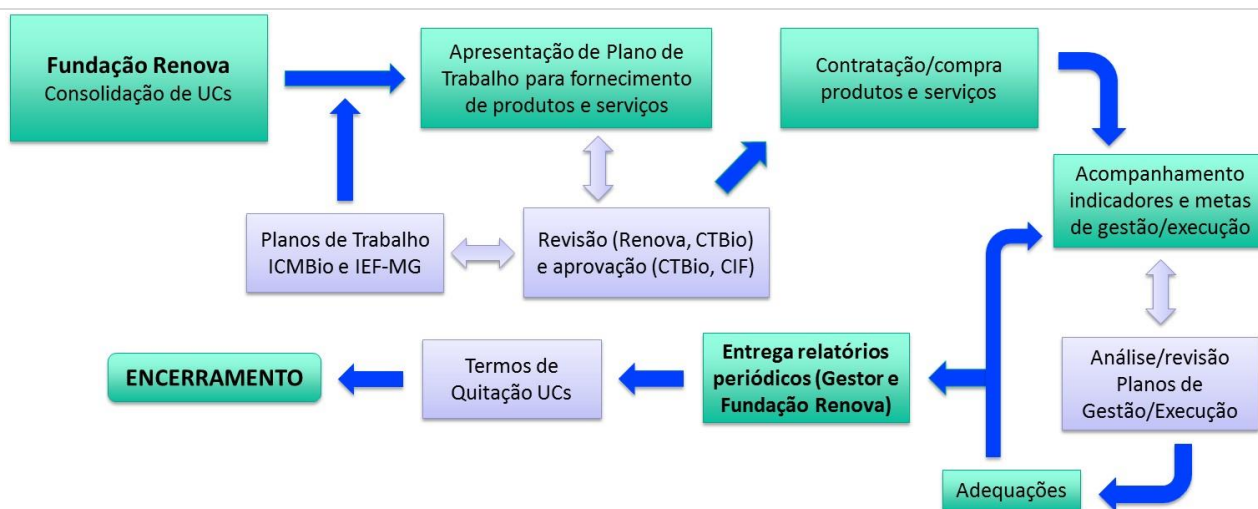
Premissas:

- Programas devem ter indicadores e metas de fácil acompanhamento e medição para permitir verificar andamento e conclusão dos programas;
- Programas que contemplem as zonas de amortecimento da UC só serão conduzidos nestas áreas com autorização prévia dos proprietários;
- Considera-se que haverá apoio dos gestores da UC às equipes que conduzirão os estudos, fornecendo dados secundários, facilitando interlocução com moradores e trabalhadores locais, dentre outros; e
- Orçamento detalhado do processo só poderá ser apresentado após elaboração dos Planos de Manejo e definição dos programas a serem executados.

Descrição do Processo

- Construção conjunta do Plano de Trabalho, incluindo a definição de responsabilidades pela implantação dos programas, pela Fundação Renova e órgãos gestores, para execução do Plano de Manejo;
- Aprovação do Plano de Trabalho pelo CIF;
- Contratação e/ou compra de produtos e serviços para execução dos programas;
- Início da execução dos programas;
- Acompanhamento dos indicadores e metas de gestão e execução dos programas;
- Análise dos resultados e revisão, quando necessário, das ações e programas;
- Entrega de relatórios periódicos de andamento dos programas sob responsabilidade da Fundação;
- Entrega de relatório final ao término do período previsto para a execução dos programas;
- Apreciação do relatório final pelos órgãos gestores e CIF; e

- Em caso de aprovação, obtenção dos termos de quitação junto ao gestor da UC e encerramento dos programas. Em caso de reprovação, rever ações, sanar inconsistências e, caso necessário, apresentar novo planejamento para continuidade da execução.



Processo de execução das ações compensatórias no REVIS de Santa Cruz/ICMBio/ES.

Objetivo

Execução das ações compensatórias elencadas pelo órgão gestor no REVIS de Santa Cruz/ICMBio/ES.

Requisitos, Premissas e Restrições

Requisitos:

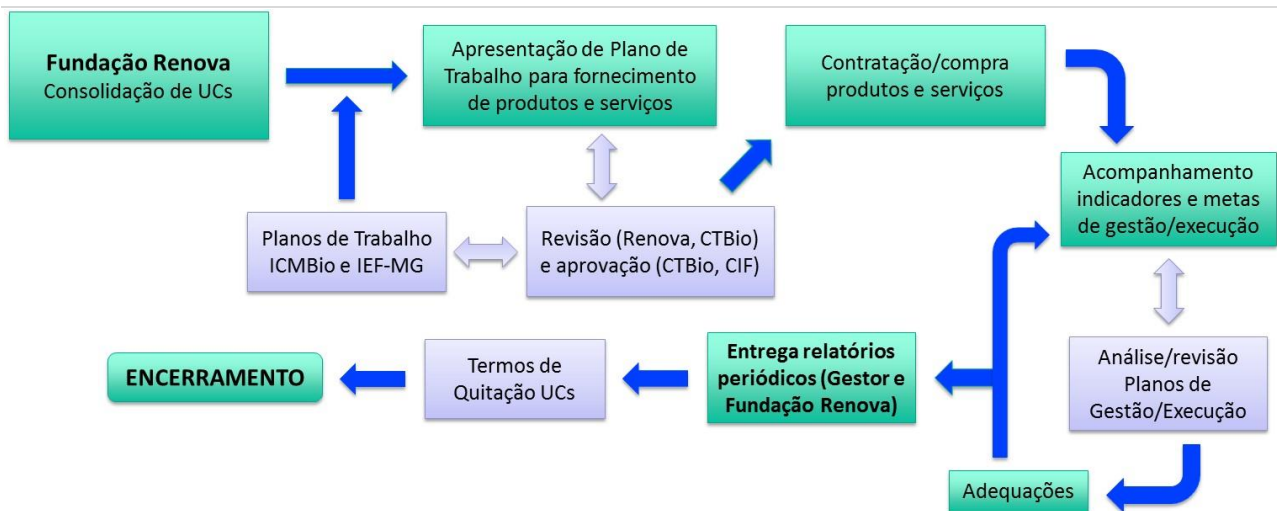
- Definição do conceito "Consolidação" conforme Nota Técnica nº 18/2018/CTBio/DIBIO/ICMBio; e
- Plano de Trabalho para Consolidação do REVIS de Santa Cruz/ICMBio/ES.

Premissas:

- O Plano de Trabalho para Consolidação da UC deve resultar de negociação entre a Fundação Renova e os órgãos gestores seguindo as diretrizes definidas na "1ª Oficina de diretrizes para consolidação de unidades de conservação afetadas pelo rompimento da Barragem de Fundão";
- Os orçamentos para as ações de consolidação devem ser aprovados pelo CIF, por se tratar de cláusula compensatória;
- Orçamento detalhado do processo só poderá ser apresentado após o término das negociações das ações de consolidação junto aos órgãos gestores da UC; e
- O processo se assemelha à execução dos programas do Plano de Manejo, pois envolvem a contratação/compra de produtos e serviços e o acompanhamento da eficácia, eficiência e efetividade das soluções requeridas pela UC para sua consolidação.

Descrição do Processo

- Construção de Plano de Trabalho com o requerimento da UC;
- Envio das ações de compensação para aprovação do CIF;
- Assinatura de Acordo de Cooperação com o órgão gestor da Unidade;
- Planejamento operacional para atendimento do Plano de Trabalho;
- Contratação e/ou compra de produtos e serviços para consolidação da UC;
- Acompanhamento dos indicadores e metas de gestão da UC, voltadas ao cumprimento de seus objetivos de criação;
- Entrega de relatórios periódicos de andamento das ações sob responsabilidade do gestor;
- Análise dos resultados e revisão, quando necessário, das ações em curso;
- Entrega de relatório final ao término do período previsto para a execução das ações;
- Apreciação do relatório final pelos órgãos gestores e CIF; e
- Em caso de aprovação, obtenção dos termos de quitação junto aos gestores da UC e encerramento das ações por parte da Renova. Em caso de reprovação, rever ações, sanar inconsistências e, caso necessário, apresentar novo planejamento.



Consolidação do Parque Estadual do Rio Doce (PERD)

Projeto para a revisão do Plano de Manejo do Parque Estadual do Rio Doce (PERD)

Objetivo

Revisão do Plano de Manejo do Parque Estadual do Rio Doce (PERD).

Requisitos, Premissas e Restrições

Requisitos:

- Para a elaboração do Plano de Manejo em UC, utilizar as diretrizes e os procedimentos para elaboração e revisão de planos de manejo de unidades de conservação estabelecidos na Instrução Normativa Nº 7 de 21 de dezembro de 2017.

Premissas:

- Considera-se que haverá apoio dos gestores da UC às equipes que conduzirão os estudos, fornecendo dados secundários, facilitando interlocução com moradores e trabalhadores locais, dentre outros;
- Considera-se que, para realização de coleta de dados na UC, haverá autorização dos órgãos gestores, conforme normatização de cada órgão;
- Para realização de coleta de dados em zonas de amortecimento das UCs, deve haver autorização prévia dos proprietários;
- Os documentos referentes ao Plano de Manejo serão submetidos à aprovação dos Gestores das UCs antes de seu envio para apreciação pelos órgãos gestores; e
- O orçamento e cronograma detalhados do projeto só poderão ser apresentados após definição, em conjunto com os órgãos gestores da UC, da metodologia para elaboração dos Planos de Manejo das UC.

Escopo do Projeto

Revisar o Plano de Manejo do Parque Estadual do Rio Doce (PERD) de forma que possa fornecer diretrizes técnicas e gerenciais para o cumprimento dos seus objetivos de criação.

Execução dos programas elencados no Plano de Manejo do Parque Estadual do Rio Doce (PERD)

Objetivo

Executar os programas de responsabilidade da Fundação Renova estabelecidos no Plano de Manejo do Parque Estadual do Rio Doce (PERD).

Requisitos, Premissas e Restrições

Requisitos:

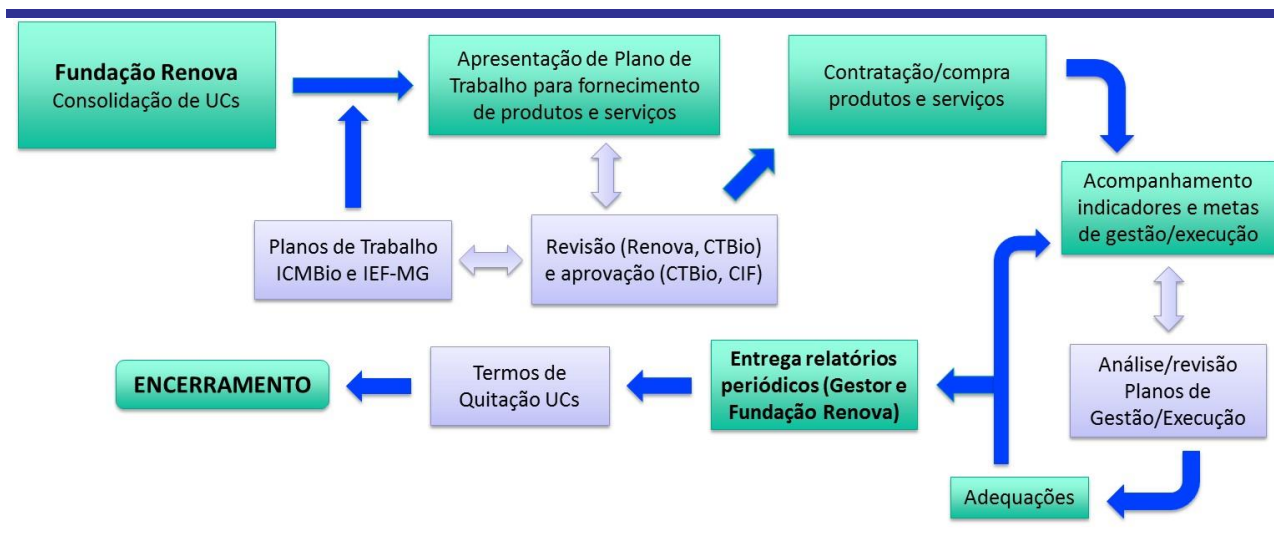
- Aprovação do Plano de Manejo pelos órgãos competentes;
- Definição de responsabilidades pela implantação dos programas, entre Fundação Renova e órgãos gestores; e
- Aprovação, pelo CIF, dos orçamentos para execução dos programas.

Premissas:

- Programas devem ter indicadores e metas de fácil acompanhamento e medição para permitir verificar andamento e conclusão dos programas;
- Programas que contemplem as zonas de amortecimento da UC só serão conduzidos nestas áreas com autorização prévia dos proprietários;
- Considera-se que haverá apoio dos gestores da UC às equipes que conduzirão os estudos, fornecendo dados secundários, facilitando interlocução com moradores e trabalhadores locais, dentre outros; e
- Orçamento detalhado do processo só poderá ser apresentado após elaboração dos Planos de Manejo e definição dos programas a serem executados.

Descrição do Processo

- Construção conjunta do Plano de Trabalho, incluindo a definição de responsabilidades pela implantação dos programas, pela Fundação Renova e órgãos gestores, para execução do Plano de Manejo;
- Aprovação do Plano de Trabalho pelo CIF;
- Contratação e/ou compra de produtos e serviços para execução dos programas.
- Início da execução dos programas;
- Acompanhamento dos indicadores e metas de gestão e execução dos programas.
- Análise dos resultados e revisão, quando necessário, das ações e programas.;
- Entrega de relatórios periódicos de andamento dos programas sob responsabilidade da Fundação;
- Entrega de relatório final ao término do período previsto para a execução dos programas;
- Apreciação do relatório final pelos órgãos gestores e CIF; e
- Em caso de aprovação, obtenção dos termos de quitação junto ao gestor da UC e encerramento dos programas. Em caso de reprovação, rever ações, sanar inconsistências e, caso necessário, apresentar novo planejamento para continuidade da execução.



Processo de execução das ações compensatórias no Parque Estadual do Rio Doce (PERD)

Objetivo

Execução das ações compensatórias elencadas pelo órgão gestor do Parque Estadual do Rio Doce (PERD)

Requisitos, Premissas e Restrições

Requisitos:

- Definição do conceito "Consolidação" conforme Nota Técnica nº 18/2018/CTBio/DIBIO/ICMBio; e
- Plano de Trabalho para Consolidação do PERD/IEF/MG.

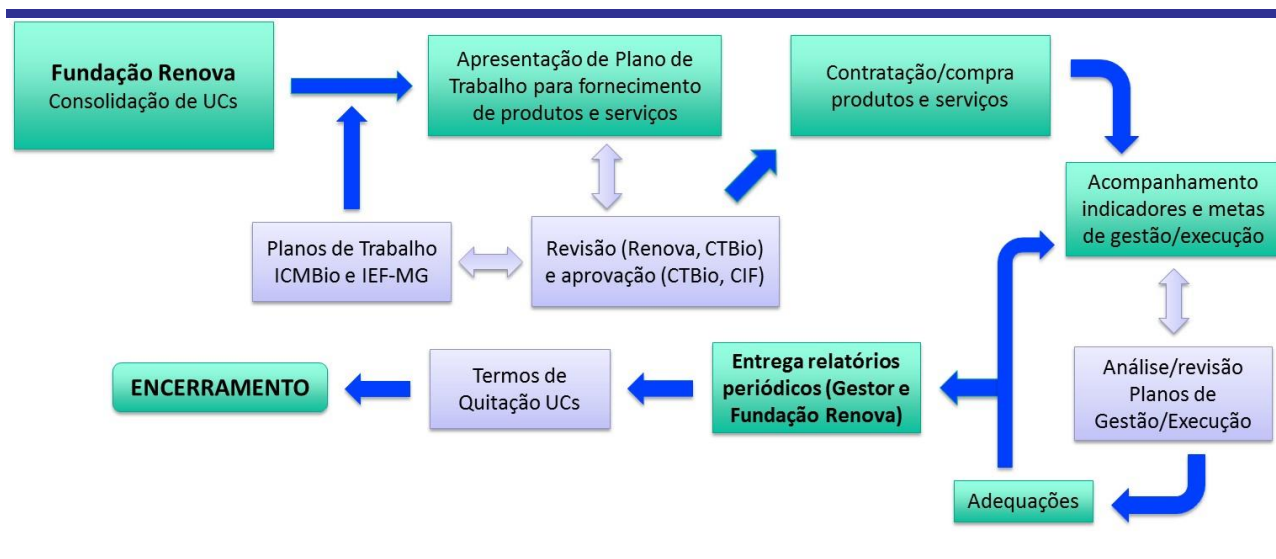
Premissas:

- O Plano de Trabalho para Consolidação da UC deve resultar de negociação entre a Fundação Renova e os órgãos gestores;
- Os orçamentos para as ações de consolidação devem ser aprovados pelo CIF, por se tratar de cláusula compensatória;

- Orçamento detalhado do processo só poderá ser apresentado após o término das negociações das ações de consolidação junto aos órgãos gestor da UC; e
- O processo se assemelha à execução dos programas do Plano de Manejo, pois envolvem a contratação/compra de produtos e serviços e o acompanhamento da eficácia, eficiência e efetividade das soluções requeridas pela UC para sua consolidação.

Descrição do Processo

- Construção de Plano de Trabalho com o requerimento da UC;
- Envio das ações de compensação para aprovação do CIF;
- Assinatura de Acordo de Cooperação com o órgão gestor da Unidade;
- Planejamento operacional para atendimento do Plano de Trabalho;
- Contratação e/ou compra de produtos e serviços para consolidação da UC;
- Acompanhamento dos indicadores e metas de gestão da UC, voltadas ao cumprimento de seus objetivos de criação;
- Entrega de relatórios periódicos de andamento das ações sob responsabilidade do gestor;
- Análise dos resultados e revisão, quando necessário, das ações em curso;
- Entrega de relatório final ao término do período previsto para a execução das ações;
- Apreciação do relatório final pelos órgãos gestores e CIF; e
- Em caso de aprovação, obtenção dos termos de quitação junto aos gestores da UC e encerramento das ações por parte da Renova. Em caso de reprovação, rever ações, sanar inconsistências e, caso necessário, apresentar novo planejamento.



Elaboração e implementação do Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental (APA) na Foz do Rio Doce – (Cláusula 182)

Projeto para a elaboração do Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental (APA) na Foz do Rio Doce

Objetivo

Elaboração do Plano de Manejo da UC na foz do rio Doce, após sua criação pelo Poder Público.

Requisitos, Premissas e Restrições

Requisitos:

- Para a elaboração do Plano de Manejo em UC, utilizar as diretrizes e os procedimentos para elaboração e revisão de planos de manejo de unidades de conservação estabelecidos na Instrução Normativa Nº 7 de 21 de dezembro de 2017, uma vez que a previsão é que esta APA seja administrada pelo ICMBio.

Premissas:

- Considera-se que haverá apoio dos gestores da UC às equipes que conduzirão os estudos, fornecendo dados secundários, facilitando interlocução com moradores e trabalhadores locais, dentre outros;
- Considera-se que, para realização de coleta de dados na UC, haverá autorização dos órgãos gestores, conforme normatização de cada órgão;
- Para realização de coleta de dados em zonas de amortecimento das UC, deve haver autorização prévia dos proprietários;
- Os documentos referentes ao Plano de Manejo serão submetidos à aprovação dos Gestores das UCs antes de seu envio para apreciação pelos órgãos gestores; e
- O orçamento e cronograma detalhados do projeto só poderão ser apresentados após definição, em conjunto com os órgãos gestores da UC, da metodologia para elaboração dos Planos de Manejo das UC.

Escopo do Projeto

Elaborar o Plano de Manejo da UC na foz do rio Doce, após sua criação pelo Poder Público, de forma que possa fornecer diretrizes técnicas e gerenciais para o cumprimento dos seus objetivos de criação.

Execução dos programas elencados no Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental (APA) na Foz do Rio Doce

Objetivo

Executar os programas de responsabilidade da Fundação Renova estabelecidos no Plano de Manejo da APA na foz do rio Doce.

Requisitos, Premissas e Restrições

Requisitos:

- Aprovação do Plano de Manejo pelos órgãos competentes;

- Definição de responsabilidades pela implantação dos programas, entre Fundação Renova e órgãos gestores; e
- Aprovação, pelo CIF, dos orçamentos para execução dos programas.

Premissas:

- Programas devem ter indicadores e metas de fácil acompanhamento e medição para permitir verificar andamento e conclusão dos programas;
- Programas que contemplem as zonas de amortecimento da UC só serão conduzidos nestas áreas com autorização prévia dos proprietários;
- Considera-se que haverá apoio dos gestores da UC às equipes que conduzirão os estudos, fornecendo dados secundários, facilitando interlocução com moradores e trabalhadores locais, dentre outros; e
- Orçamento detalhado do processo só poderá ser apresentado após elaboração dos Planos de Manejo e definição dos programas a serem executados.

Descrição do Processo

- Construção conjunta do Plano de Trabalho, incluindo a definição de responsabilidades pela implantação dos programas, pela Fundação Renova e órgãos gestores, para execução do Plano de Manejo;
- Aprovação do Plano de Trabalho pelo CIF;
- Contratação e/ou compra de produtos e serviços para execução dos programas;
- Início da execução dos programas;
- Acompanhamento dos indicadores e metas de gestão e execução dos programas;
- Análise dos resultados e revisão, quando necessário, das ações e programas;
- Entrega de relatórios periódicos de andamento dos programas sob responsabilidade da Fundação;
- Entrega de relatório final ao término do período previsto para a execução dos programas;
- Apreciação do relatório final pelos órgãos gestores e CIF; e

-
- Em caso de aprovação, obtenção dos termos de quitação junto ao gestor da UC e encerramento dos programas. Em caso de reprovação, rever ações, sanar inconsistências e, caso necessário, apresentar novo planejamento para continuidade da execução.
-

Construção da sede da Área de Proteção Ambiental (APA) na Foz do Rio Doce

Objetivo

Elaborar projeto arquitetônico e construir a sede da UC na foz do rio Doce, após sua criação pelo Poder Público.

Requisitos, Premissas e Restrições

Requisitos:

- Atendimento à Cláusula 182 do TTAC.

Premissas:

- Apresentação, pelo órgão gestor da UC, de Termo de Referência para a construção da sede;
- Aprovação, pelo órgão gestor da UC, de projeto técnico e arquitetônico para a construção da sede conforme Termo de Referência;
- Aprovação, pelo CIF, do orçamento para a construção da sede; e
- Cronograma e orçamento detalhados do projeto só poderão ser apresentados após criação da APA e definição, pelo órgão gestor, de local para a construção da sede e do memorial descritivo da obra.

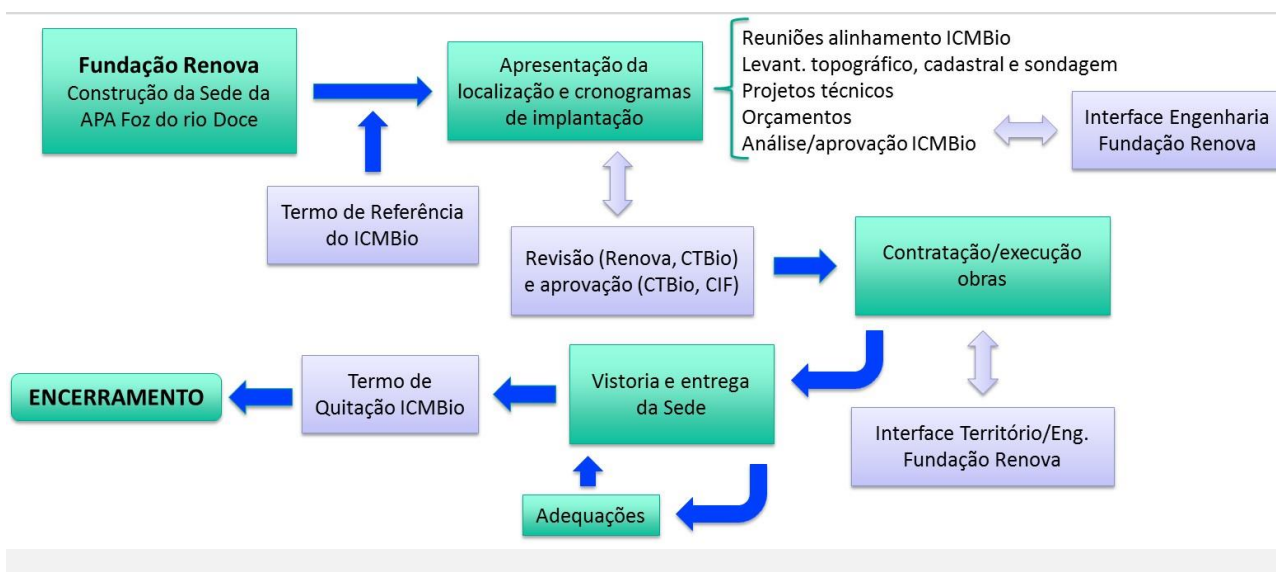
Restrições:

- A construção da sede da APA só poderá ser realizada após criação desta UC pelo Poder Público.

Escopo do Projeto

- Recebimento de Termo de Referência (TR) do ICMBio para a construção da sede da APA;
-

- Avaliação do TR pela Renova e apresentação de Plano de Trabalho ao CIF com cronograma de implantação. Para elaboração deste Plano e cronograma, serão necessárias reuniões de alinhamento com o órgão, levantamentos topográfico, cadastral e sondagem, elaboração de projeto conceitual, orçamentação e análise/aprovação pelo ICMBio;
- Aprovação do Plano de Trabalho;
- Contratação e execução das obras; e
- Ao término da construção, vistoria realizada pelo ICMBio. Em caso de aprovação, obtenção do termo de quitação junto ao órgão. Em caso de reprovação fundamentada pela inobservância ao Plano de Trabalho, a Renova realiza as adequações para nova vistoria.



5 Planejamento consolidado do programa

5.1 Custo do programa (R\$ milhão)

O custo do programa está estimado, até o momento, em R\$ 157,0 milhões, sendo R\$ 30,7 milhões para ações de cunho reparatório e R\$ 126,3 milhões para ações compensatórias. Abaixo a distribuição deste valor ao longo do período de implementação do programa.

Programa	2016	2017	2018	2019	2020	2021-2030	TOTAL
Unidades de Conservação	0,0	0,0	0,4	4,5	15,1	137,0	157,0
Total**	0,0	0,0	0,4	4,5	15,1	137,0	157,0

Tabela 8: Custo estimado do programa até o momento

**Total considera o valor já disponibilizado ao programa. Porém, são aguardadas definições para que o montante seja distribuído entre os projetos e processos aqui apresentados.

5.2 Cronograma do programa

ATIVIDADE	INÍCIO	FIM
Execução dos Projetos/ Processos	02/2018	
Projeto de Avaliação de Impacto das Unidades de Conservação (UCs) e Recuperação das UCs Impactadas	06/2018	02/2026
Estudo de Avaliação dos Impactos Ambientais nas UCs	06/2018	01/2021
Elaboração do Plano de Ação de Reparação das UCs Impactadas	01/2021	06/2021
Implementação das Ações de Reparação das UCs Impactadas	06/2021	06/2025
Monitoramento das UCs Impactadas	06/2021	02/2026
Consolidação do Refúgio de Vida Silvestre de Santa Cruz (REVIS)	02/2018	09/2029
Consolidação do Parque Estadual do Rio Doce (PERD)	08/2018	02/2030
Elaboração e Implementação do Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental (APA) na Foz do Rio Doce	A definir	A definir
Construção da Sede da Área de Proteção Ambiental (APA) na Foz do Rio Doce	A definir	A definir
Encerramento do Programa*		05/2030*

Tabela 9: Cronograma macro do programa

*A data de término depende dos programas a serem elencados em cada Plano de Manejo. O término irá depender dos Planos de Trabalho a serem apresentados pelos órgãos gestores das UCs e aprovados pelo CIF.

6 Papéis e Responsabilidades

Na tabela abaixo estão descritos os papéis e responsabilidades das partes envolvidas no programa.

PROJETO / PROCESSO	DESCRIÇÃO DOS PAPÉIS E RESPONSABILIDADES	ÁREA OU ÓRGÃO RESPONSÁVEL
Projeto de Avaliação de impacto nas Unidades de Conservação	Elaboração do Plano de Trabalho	Equipe do Programa
	Avaliação rápida das UCs – reunião de dados secundários e 1ª Oficina de Avaliação	Equipe do Programa/ Contratadas
	Expedições de campo – reunião de dados primários	Equipe do Programa/ Contratadas
	Proposição de estudos complementares, de medidas reparatórias e definição de UCs não afetadas; 2ª Oficina de Avaliação	Equipe do Programa/ Contratadas
	Entrega de relatório final e propostas de ações subsequentes	Equipe do Programa/ Contratadas
	Análise e aprovação do relatório final e das propostas de ações subsequentes	CIF / CTBio
Processo de execução das ações para reparação dos impactos	Identificação de ações sobrepostas a outros Programas da Fundação	Equipe do Programa / Manejo de Rejeitos / Usos da Água / Uso Sustentável da Terra
	Elaboração de Planos de Trabalho para ações reparatórias	Equipe do Programa/ Contratadas
	Análise e aprovação dos Planos de Trabalho	CIF / CTBio
	Execução e acompanhamento das ações, avaliação dos indicadores e metas	Equipe do Programa
	Entrega de relatórios finais	Equipe do Programa
	Análise e aprovação dos relatórios finais	CIF / CTBio
Processo de construção da sede da UC na foz do rio Doce	Elaboração do Termo de Referência para a construção da sede	ICMBio
	Aprovação do Termo de Referência	CIF / CTBio
	Elaboração do Plano de Trabalho	Equipe do Programa / Engenharia
	Análise e aprovação do Plano de Trabalho	CIF / CTBio
	Elaboração do projeto conceitual, projeto técnico e <i>as build</i>	Engenharia
	Aprovação dos projetos conceitual e técnico e <i>as build</i>	ICMBio
	Construção e entrega da sede	Engenharia
	Vistoria e aprovação; entrega do termo de quitação	ICMBio

Projeto para a elaboração do plano de manejo das UCs	Apresentação/definição da metodologia para a elaboração de Plano de Manejo	ICMBio / IEF-MG
	Elaboração dos Planos de Manejo	Equipe do Programa/ Contratadas / Órgãos gestores
	Validação dos Planos de Manejo	Gestores das UCs
	Aprovação dos Planos de Manejo	ICMBio / IEF-MG
	Aprovação dos orçamentos para execução dos Planos de Manejo	CIF / CTBio
Processo de execução dos programas elencados no plano de manejo	Apresentação dos Planos de Trabalho	Equipe do Programa / Órgãos gestores
	Avaliação e aprovação dos Planos de Trabalho	CIF / CTBio
	Contratação e ou/compra de produtos e serviços; execução dos programas	Equipe do Programa
	Acompanhamento dos indicadores e metas de gestão e execução dos programas; análise dos resultados e revisão, quando necessário.	Equipe do Programa / Gestores das UCs / ICMBio / IEF-MG
	Elaboração e entrega de relatórios finais sobre a execução dos programas	Equipe do Programa / Contratadas
	Avaliação e aprovação dos relatórios finais	CIF / CTBio / ICMBio / IEF-MG / Gestores das UCs
Processo de execução das ações compensatórias nas UCs	Apresentação dos Planos de Trabalho	Órgãos gestores
	Avaliação e aprovação dos Planos de Trabalho	CIF / CTBio
	Contratação e ou/compra de produtos e serviços; execução das ações de compensação	Equipe do Programa
	Acompanhamento dos indicadores e metas de gestão e execução das ações de compensação; análise dos resultados e revisão, quando necessário.	Equipe do Programa / Gestores das UCs / ICMBio / IEF-MG
	Elaboração e entrega de relatórios finais sobre a execução das ações de compensação	Equipe do Programa / Contratadas
	Avaliação e aprovação dos relatórios finais	CIF / CTBio / ICMBio / IEF-MG / Gestores das UCs

Tabela 10: Papéis e responsabilidades do Programa

7 Plano de resultados

7.1 Indicadores do Programa

Para avaliação dos resultados do programa e assegurar que os objetivos foram alcançados devem ser definidos indicadores e metas. Os indicadores para este fim foram classificados da seguinte forma:

- Indicadores de eficiência: Avalia a capacidade do projeto ou processo de realizar algo com o mínimo de desperdício de recursos;
- Indicadores de eficácia: Avalia a capacidade do projeto ou processo de produzir o resultado desejado; e
- Indicadores de efetividade: Avalia a eficácia na realização dos resultados esperados do programa ao longo do tempo.

Na tabela seguinte estão os indicadores propostos para o programa.

CLASSE	INDICADOR
Eficácia	I01 - Quantidade de UCs com avaliação concluída
	I02 - Execução das ações para reparação de impactos nas UC
	I03 - Unidades de Conservação com reparação concluída
	I04 - Execução das ações para consolidação do Refúgio de Vida Silvestre de Santa Cruz (REVIS)
	I05 - Execução das ações para consolidação do Parque Estadual do Rio Doce (PERD)
	I06 - Elaboração do Plano de Manejo da APA na foz do rio Doce
	I07 - Execução do Plano de Manejo da APA na foz do rio Doce
	I08 - Construção da sede da APA na foz do rio Doce

Tabela 11: Indicadores do programa

Os indicadores estão detalhados no item 7.3 – Ficha de indicadores, deste documento.

7.2 Critérios para encerramento do programa

O Programa será encerrado quando forem alcançadas as metas dos indicadores de eficácia do Programa, conforme tabela acima.

7.3 Fichas dos indicadores

As descrições detalhadas dos indicadores estão nas fichas a seguir.

I01 – Quantidade de UCs com avaliação concluída			
Tipo	Resultados esperados		
Eficácia	Cumprir 100% das atividades previstas nos Planos de Trabalho para Avaliação de Impactos Ambientais nas Ucs diretamente impactadas pelo rompimento da barragem de Fundão, incluindo suas Zonas de Amortecimento, quando cabível, conforme metodologia prevista no Plano de Trabalho		
Unidade	Polaridade	Período associado	Valor meta
%	Maior melhor	Cumulativo	100
Frequência de medição	Data início medição		Data fim medição
Mensal	Jan/2020		Jan/2021
Fórmula de cálculo			
$I01 = \frac{\text{Quantidade de UCs avaliadas}}{\text{Quantidade de UCs a serem avaliadas}} \times 100$			
Quantidade de UCs avaliadas			
Definição	Número de UCs com Avaliação de Impactos Ambientais nas Unidades de Conservação ou suas Zonas de Amortecimento realizadas		
Fonte e método de medição/ coleta do parâmetro	Relatórios de avaliação de impacto ambiental conforme formato do Plano de Trabalho; recebimento de declaração de conformidade da execução do Plano de Trabalho a ser emitida pelos órgãos gestores das UCs. O Plano de Trabalho aprovado pelo CIF ficará disponível no SharePoint do PG 39 e serão remetidos à CTBio e CIF.		
Quantidade de UCs a serem avaliadas			

Definição	Número de UCs com Avaliação de Impactos Ambientais nas Unidades de Conservação ou suas Zonas de Amortecimento a serem realizadas
Fonte e método de medição/ coleta do parâmetro	Plano de Trabalho para execução dos estudos de avaliação de impacto ambiental nas UCs. Os relatórios ficarão disponíveis no SharePoint do PG 39 e serão remetidos à CTBio e CIF.

I02 – Execução das ações para reparação de impactos nas UCs

Tipo	Resultados esperados		
Eficácia	Executar 100% das ações indicadas pelos estudos de avaliação de impactos ambientais, conforme planos de trabalho aprovados pelos gestores das UCs, CTBio/CIF		
Unidade	Polaridade	Período associado	Valor meta
%	Maior melhor	Cumulativo	100
Frequência de medição	Data início medição	Data fim medição	
Mensal	Jun/2021	Jun/2025	
Fórmula de cálculo			

$$I02 = \frac{\text{Quantidade de ações de reparação implementadas}}{\text{Quantidade de ações de reparação previstas}} \times 100$$

Quantidade de ações de reparação implementadas

Definição	Quantidade de ações de reparação sob responsabilidade da Fundação Renova realizadas conforme indicado nos estudos de avaliação de impactos ambientais.
Fonte e método de medição/ coleta do parâmetro	Relatórios de realização e/ou acompanhamento das ações. Recebimento de declaração de conformidade da execução das ações de reparação e monitoramento previstas a ser emitida pelos órgãos gestores das UCs avaliadas. Os relatórios ficarão disponíveis no SharePoint do PG 39.

Quantidade de ações de reparação previstas

Definição	Ações de reparação indicadas pelos estudos de avaliação de impactos ambientais.
-----------	---

Fonte e método de medição/ coleta do parâmetro	Relatórios de Avaliação de impactos Ambientais; relatório final do diagnóstico, aprovado pelos órgãos gestores das UCs e pela CTBio; Planos de Ação aprovados pelos órgãos gestores e pela CTBio; cronograma instituído nos Planos de ação aprovados pelos órgãos gestores e pela CTBio. Os relatórios ficarão disponíveis no SharePoint do PG 39.
--	--

I03 – Unidades de Conservação com reparação concluídas

Tipo	Resultados esperados		
Eficácia	Concluir a reparação das Unidades de Conservação impactadas pelo rompimento da Barragem de Fundão, executando as ações de reparação definidas no Plano de Trabalho aprovado, conforme resultados dos estudos de avaliação dos impactos nas Unidades.		
Unidade	Polaridade	Período associado	Valor meta
%	Maior melhor	Cumulativo	100
Frequência de medição	Data início medição		Data fim medição
Anual	Jun/2021		Jun/2025
Fórmula de cálculo			

$$I03 = \frac{\text{Quantidade de UCs reparadas}}{\text{Quantidade de UCs a serem reparadas}} \times 100$$

Quantidade de UCs reparadas

Definição	Número de Unidades de Conservação reparadas
Fonte e método de medição/ coleta do parâmetro	Relatórios de realização e/ou acompanhamento das ações. Recebimento de declaração de conformidade da execução das ações de reparação e monitoramento previstas a ser emitida pelos órgãos gestores das UCs avaliadas. Os relatórios ficarão disponíveis no SharePoint do PG 39.

Quantidade de UCs a serem reparadas

Definição	Número de Unidades de Conservação a serem reparadas.
Fonte e método de medição/	Relatórios de Avaliação de impactos Ambientais; relatório final do diagnóstico, aprovado pelos órgãos gestores das UCs e pela CTBio; Planos de Ação aprovados pelos órgãos gestores e pela CTBio; cronograma instituído nos

coleta do parâmetro	Planos de ação aprovados pelos órgãos gestores e pela CTBio. Os relatórios ficarão disponíveis no SharePoint do PG 39.
---------------------	--

I04 – Execução das ações para consolidação do Refúgio de Vida Silvestre de Santa Cruz (REVIS)

Tipo	Resultados esperados		
Eficácia	Execução de ações compensatórias indicadas nos Planos de Trabalho emitidos pelos órgãos gestores da UC.		
Unidade	Polaridade	Período associado	Valor meta
%	Maior melhor	Cumulativo	100
Frequência de medição	Data início medição		Data fim medição
Semestral	Jan/2021		Set/2024
Fórmula de cálculo			

$$I04 = \frac{\text{Quantidade de ações compensatórias implementadas}}{\text{Quantidade de ações compensatórias previstas}} \times 100$$

Quantidade de ações compensatórias implementadas

Definição	Quantidade de atividades realizadas dentro do cronograma a serem propostas nos Planos de Trabalho emitidos pelos órgãos gestores da UCs.
Fonte e método de medição/ coleta do parâmetro	Relatórios de execução dos planos de trabalho. Declaração emitida pelos órgãos gestores atestando conformidade das ações executadas pela Fundação Renova. Os relatórios ficarão disponíveis no SharePoint do PG 39.

Quantidade de ações compensatórias previstas

Definição	Quantidade de atividades previstas dentro do cronograma a serem propostas nos Planos de trabalho emitidos pelos órgãos gestores da UCs.
Fonte e método de medição/ coleta do parâmetro	Relatórios de execução dos planos de trabalho. Declaração emitida pelos órgãos gestores atestando conformidade das ações executadas pela Fundação Renova. Os relatórios ficarão disponíveis no SharePoint do PG 39.

I05 – Execução das ações para consolidação do Parque Estadual do Rio Doce (PERD)

Tipo	Resultados esperados		
Eficácia	Execução de ações compensatórias indicadas nos Planos de trabalho emitidos pelos órgãos gestores da UC		
Unidade	Polaridade	Período associado	Valor meta
%	Maior melhor	Cumulativo	100
Frequência de medição	Data início medição		Data fim medição
Semestral	Em definição		Em definição
Fórmula de cálculo			

$$I05 = \frac{\text{Quantidade de ações compensatórias implementadas}}{\text{Quantidade de ações compensatórias previstas}} \times 100$$

Quantidade de ações compensatórias implementadas

Definição	Quantidade de atividades realizadas dentro do cronograma a serem propostas nos Planos de Trabalho emitidos pelos órgãos gestores da UCs.
Fonte e método de medição/ coleta do parâmetro	Relatórios de execução dos planos de trabalho. Declaração emitida pelos órgãos gestores atestando conformidade das ações executadas pela Fundação Renova. Os relatórios ficarão disponíveis no SharePoint do PG 39.

Quantidade de ações compensatórias previstas

Definição	Quantidade de atividades previstas dentro do cronograma a serem propostas nos Planos de trabalho emitidos pelos órgãos gestores da UCs.
Fonte e método de medição/ coleta do parâmetro	Relatórios de execução dos planos de trabalho. Declaração emitida pelos órgãos gestores atestando conformidade das ações executadas pela Fundação Renova. Os relatórios ficarão disponíveis no SharePoint do PG 39.

I06 – Elaboração do Plano de Manejo da APA na foz do rio Doce

Tipo	Resultados esperados		
Eficácia	Elaboração do Plano de Manejo da APA na foz do rio Doce		
Unidade	Polaridade	Período associado	Valor meta
%	Maior melhor	Cumulativo	100
Frequência de medição	Data início medição		Data fim medição
Mensal	Em definição		Em definição
Fórmula de cálculo			

$$I06 = \frac{\text{Quantidade de ações realizadas para elaboração do plano de manejo}}{\text{Quantidade de ações planejadas para elaboração do plano de manejo}} \times 100$$

Quantidade de ações realizadas para elaboração do plano de manejo

Definição	Quantidade de atividades realizadas dentro do cronograma a serem propostas nos Planos de Trabalho emitidos pelos órgãos gestores da UCs.
Fonte e método de medição/ coleta do parâmetro	Relatórios de execução dos planos de trabalho. Declaração emitida pelos órgãos gestores atestando conformidade das ações executadas pela Fundação Renova. Os relatórios ficarão disponíveis no SharePoint do PG 39.

Quantidade de ações planejadas para elaboração do plano de manejo

Definição	Quantidade de atividades previstas dentro do cronograma a serem propostas nos Planos de trabalho emitidos pelos órgãos gestores da UCs.
Fonte e método de medição/ coleta do parâmetro	Relatórios de execução dos planos de trabalho. Declaração emitida pelos órgãos gestores atestando conformidade das ações executadas pela Fundação Renova. Os relatórios ficarão disponíveis no SharePoint do PG 39.

I07 – Execução do Plano de Manejo da APA na foz do rio Doce

Tipo	Resultados esperados		
Eficácia	Execução de 100% das ações atribuídas à Fundação Renova previstas no plano de manejo e planos de ação aprovados pelos órgãos ambientais, atendendo plenamente o cronograma aprovado pela CTBio, a legislação vigente e os Termos de Referência elaborados pela Fundação Renova e/ou órgão gestor		
Unidade	Polaridade	Período associado	Valor meta
%	Maior melhor	Cumulativo	100
Frequência de medição	Data início medição		Data fim medição
Mensal	Em definição		Em definição
Fórmula de cálculo			
$I07 =$			
$\frac{\text{Quantidade de programas do plano de manejo sob responsabilidade da Fundação Renova implementados}}{\text{Quantidade de programas do plano de manejo sob responsabilidade da Fundação Renova previstos}} \times 100$			
Quantidade de programas do plano de manejo sob responsabilidade da Fundação Renova implementados			
Definição	Quantidade de programas sob responsabilidade da Fundação Renova concluídos conforme critérios estabelecidos no Plano de Manejo.		
Fonte e método de medição/ coleta do parâmetro	Relatórios de implementação dos programas; Declaração parcial e/ou final do órgão gestor de conformidade das ações planejadas x ações realizadas pela Renova. Os relatórios ficarão disponíveis no SharePoint do PG 39.		
Quantidade de programas do plano de manejo sob responsabilidade da Fundação Renova previstos			
Definição	Quantidade de programas identificados no Plano de Manejo, sob responsabilidade da Renova.		
Fonte e método de medição/ coleta do parâmetro	Documentos do Plano de Manejo.		

I08 – Construção da sede da APA na foz do rio Doce

Tipo	Resultados esperados		
Eficácia	Executar 100% das obras e benfeitorias previstas no Plano de Trabalho para a Construção da sede da APA na foz do rio Doce, aprovado pelo CIF, em conformidade com as especificações técnicas previstas no referido plano e dentro do cronograma aprovado pela CTBio e CIF.		
Unidade	Polaridade	Período associado	Valor meta
%	Maior melhor	Cumulativo	100
Frequência de medição	Data início medição		Data fim medição
Mensal	Em definição		Em definição
Fórmula de cálculo			

$$I08 = \frac{\text{Atividades realizadas do cronograma}}{\text{Atividades planejadas no cronograma}} \times 100$$

Atividades realizadas do cronograma

Definição	Atividades sob responsabilidade da Fundação Renova realizadas conforme cronograma de construção da sede da UC.
Fonte e método de medição/ coleta do parâmetro	Plano de trabalho aprovado pelos órgãos ambientais e cronograma para a construção da sede; declaração de recebimento da sede da APA a ser expedida pelo órgão gestor. Os arquivos ficarão disponíveis no SharePoint do PG 39.

Atividades planejadas no cronograma

Definição	Atividades programadas, sob responsabilidade da Fundação Renova, para a construção da sede da UC.
Fonte e método de medição/ coleta do parâmetro	Relatórios de avanço das obras de construção da sede da APA. Os relatórios ficarão disponíveis no SharePoint do PG 39.

8 Anexos

- Anexo I – Cláusulas 181 e 182 do TTAC

9 Documentos referenciados

- Deliberação do CIF nº 237
- Deliberação do CIF nº 179
- Deliberação do CIF nº 114
- Deliberação do CIF nº 36
- Nota Técnica nº 18/2018/CTBio/DIBIO/ICMBio
- Nota Técnica nº 04/2016/APA Costa das Algas/ICMBio
- Nota Técnica nº 03/2017 APA Costa das Algas/ICMBio
- Nota Técnica nº 04/2017/CTBIO/DIBIO/ICMBio
- Nota Técnica nº 04/2018/CTBio/DIBIO/ICMBio
- Nota Técnica nº 57/2017/COMAN/CGCAP/DIMAN/ICMBio
- Nota Técnica nº 2/2017/REVIS Santa Cruz/ICMBio
- Nota Técnica nº 01/2018/DRE/CGPLAN/DIPLAN/ICMBio
- Nota Técnica IEF de junho de 2017 (e-mail)

Este documento foi atualizado por Renata Stopiglia – Coordenadora Biodiversidade.

DocuSigned by:

Renata Stopiglia

3529ED89417845B...

Renata Stopiglia
Coordenadora Biodiversidade
Data:

DocuSigned by:

Juliana Novaes Carvalho Bedoya

9D9AA6C30A12455...

Juliana Novaes Carvalho Bedoya
Gerente Sociambiental
Data:

Anexo I – Cláusulas 181 e 182 do TTAC

CLÁUSULA 181: A FUNDAÇÃO deverá custear estudos referentes aos impactos nas Unidades de Conservação diretamente afetadas pelo EVENTO, quais sejam: Parque Estadual do Rio Doce/MG, Reserva Biológica de Comboios, Área de Proteção Ambiental Costa das Algas e Refúgio de Vida Silvestre de Santa Cruz, e implementar ações de reparação que se façam necessárias, conforme os estudos acima referenciados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os estudos previstos no *caput* e as ações de reparação nele previstos devem ser finalizados até julho de 2017.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As obrigações previstas nesta Cláusula têm natureza de medidas reparatórias.

CLÁUSULA 182: A FUNDAÇÃO deverá custear as ações referentes à consolidação de 2 (duas) Unidades de Conservação, quais sejam, o Parque Estadual do Rio Doce e o Refúgio de Vida Silvestre de Santa Cruz e a elaboração e implementação do plano de manejo, bem como a construção da sede, da Área de Proteção Ambiental na Foz do Rio Doce, com área estimada de 43.400 há, que será criada pelo PODER PÚBLICO.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Entre as possibilidades das ações compensatórias, a serem definidas pela FUNDAÇÃO e aprovadas pelos órgãos gestores das Unidades de Conservação, estão a elaboração, revisão ou implementação dos Planos de Manejo das unidades de conservação ou a implementação do sistema de gestão das áreas, incluindo conselhos, monitoramento, estrutura física e equipamentos, conforme cronograma acordado entre a FUNDAÇÃO e os órgãos gestores das Unidades de Conservação.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As obrigações previstas no *caput* têm natureza de medidas compensatórias e devem ser adotadas até janeiro de 2017.